**Franciani Bernardes
Ana Targina
Rodrigues Ferraz,
Célia Barbosa**
Universidade Federal
do Espírito Santo

**Dinâmicas de organização e
mobilização social
contemporânea: do alto
falante ao website**

**Dynamics of organization and
contemporary social
mobilization: from the
speaker to the website**

**Dinámicas de organización y
movilización social
contemporánea: del
altoparlante al sitio web**

RESUMO

Este trabalho¹ objetiva refletir sobre os movimentos sociais no Brasil contemporâneo da segunda metade do século XX até os dias atuais, momento em que contestações às consequências da globalização neoliberal (desemprego, empobrecimento, degradação ambiental e conflitos por terra e água) em todo o mundo parecem ter maior visibilidade em função das mídias sociais e tecnologias da informação e comunicação (TIC). Mostraremos a partir de diferentes correntes analíticas que a ação política dos grupos conectados em rede parece favorecer o surgimento de novas dinâmicas de mobilização e organização de movimentos sociais, bem como, propiciar o fortalecimento da autonomia dos mesmos.

Palavras-chave: movimentos sociais; tecnologias da informação e comunicação; neoliberalismo.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the social movements in the contemporary Brazil, from the second half of the 20th century to present days. A moment when the questioning of the consequences of the neoliberal globalization (unemployment, impoverishment, environmental degradation and conflicts over land and water) across the world seem to have greater visibility due to the social media and communication and information technologies. In addition, based on the perspective of some authors, we will discuss how the political action of the network-connected individuals seem to enhance the emergence of new mobilization and organization dynamics, enabling the strengthening of their autonomy.

Keywords: social movements; communication and information technologies; neoliberalism.

RESUMEN

Este trabajo presenta una reflexión sobre los movimientos sociales en el Brasil contemporáneo de la segunda mitad del siglo XX hasta los días actuales, momento en que las contradicciones a las consecuencias de la globalización neoliberal (desempleo, empobrecimiento, degradación ambiental y conflictos por tierra y agua) en todo el mundo parecen tener mayor visibilidad en función de los medios sociales y las tecnologías de la información y comunicación (TIC). Mostraremos a partir de diferentes corrientes analíticas que la acción política de los grupos conectados en red parece favorecer el surgimiento de nuevas dinámicas de movilización y organización de movimientos sociales, así como, propiciar el fortalecimiento de la autonomía de los mismos.

Palabras clave: movimientos sociales; tecnologías de la información y comunicación; neoliberalismo.

1 Este estudo foi cadastrado na Plataforma Brasil, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, com número de registro CAAE 51794715.1.0000.5542.

Submissão: 19-6-2017

Decisão editorial: 13-11-2018

Introdução

No início deste século diversas experiências movimentalísticas surgiram na arena internacional, a exemplo dos movimentos anti ou alterglobalização (GOHN, 2013). No Brasil, os conselhos gestores de políticas públicas como partícipes das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), foram expressão do reconhecimento dos movimentos sociais como sujeitos políticos e interlocutores legítimos no espaço público e na sociedade política, que passaram a dividir a cena com sujeitos consagrados (partidos e sindicatos). Em toda a América Latina, as lutas direcionavam-se para a consolidação dos direitos sociais e políticos, conquistados apenas nos finais do século passado. Movimentos sociais em torno dos direitos civis (movimento de mulheres, movimento LGBT, movimento negro, quilombola e indígena) denunciavam a invisibilidade social destes grupos, alvos de uma desigualdade ainda mais perversa.

Entre os anos 1980 e 2000 mudanças importantes se processaram na configuração dos movimentos sociais que passaram a se caracterizar pela organização em redes, pela horizontalidade e pluralidade ideológica (GOHN, 2014). Tais mudanças talvez possam ser parcialmente explicadas a partir de algumas características das relações entre movimentos sociais,

governos e partidos nos anos 1990.¹ Da mesma forma, é possível notar nos movimentos sociais que eclodem na década atual (2010) traços inovadores, mas também de reprodução de características dos movimentos do período anterior. À luz de autores de diferentes correntes analíticas é possível identificar alguns pontos comuns aos protestos massivos que ocorreram nesse período na Tunísia, Islândia, Egito, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Brasil, dentre outros países, e aos movimentos sociais que surgiram ou se destacaram nesse contexto, como os Ocuppys.

O uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC), o caráter espontâneo na origem das manifestações, a recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), o perfil jovem dos manifestantes, a ausência de liderança e a horizontalidade, a pluralidade de bandeiras de lutas e a ocupação de espaços públicos, são exemplos de pontos destacados nas análises como característicos do período movimentalista atual (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014a; CARNEIRO, 2012). O debate em torno de cada uma destas características insere-se no contexto de crise do capitalismo e de suas expressões políticas, notadamente, nas instituições, arranjos e acordos viabilizados nas democracias na atualidade, nos quais dominam os interesses de grandes bancos e corporações. Conforme Gohn (2014b), a alteração da realidade foi acompanhada da emergência de novos atores sociais e de novas

¹ Entre fins dos anos 1990 e início do século XXI, surgiu na América Latina o que Gohn (2013) denominou política de identidade, ou seja, programas públicos (especialmente no campo das políticas sociais) desenvolvidos por governos progressistas e voltados, sobretudo, para mulheres, negros e LGBT.

formas de ação coletiva que levaram à criação de novas categorias de análise e ampliação de teorias.

Constitui o objetivo deste artigo refletir sobre algumas das características dos movimentos sociais no Brasil no contexto mais recente e como o uso das redes sociais e do compartilhamento de dados via internet tem impactado não apenas a ação política dos sujeitos, mas também seus territórios. Para tanto, busca-se elementos da segunda metade do século XX passíveis de comparação com o momento atual em que contestações às consequências do neoliberalismo (desemprego, empobrecimento, degradação ambiental e conflitos por terra e água) em todo o mundo parecem ter maior visibilidade em função das mídias sociais e das TIC.

Transição democrática, hegemonia neoliberal e movimentos sociais

Os anos 1970 marcaram uma mudança profunda no perfil da economia brasileira na direção da industrialização, da constituição de um operariado industrial e da organização dessa classe. Os períodos antecedentes marcados pelas ditaduras militares (1964-1985) e de Vargas (1930-1945) foram fundamentais para impulsionar um processo de industrialização periférico e dependente que alterou o perfil da economia e da classe trabalhadora brasileira. O Brasil deixou de ter o café e a exportação de produtos primários como os principais elementos de sua economia. Tornou-se industrial e urbano e passou a contar com uma crescente classe trabalhadora (SADER, 1995). Durante o período varguista o controle político dos sindicatos dos trabalhadores foi obtido pela cooptação de lideranças e repressão violenta de seus quadros

mais radicais (militantes do PCB² foram perseguidos, torturados, exilados ou até mesmo mortos). Estratégia semelhante foi utilizada pelos militares (SADER, 1995).

O fim do período de expansão da economia nos anos 1970, o desemprego, a deterioração dos salários e das condições de vida nas cidades contribuiu para fomentar o surgimento de organizações operárias de oposição às direções sindicais constituídas durante a ditadura militar que somadas às organizações populares de luta contra a carestia e por serviços de transporte, saúde e educação nas periferias das grandes cidades, formaram um novo ciclo de lutas. A luta pelo *direito a ter direitos*³ (DAGNINO, 1994) que caracterizou os anos 1970 e 1980, colocou a construção da cidadania no centro das reivindicações dos movimentos sociais que se constituíram no período, na cidade e no campo. Estes movimentos compreendiam a democracia não apenas como modelo, como fórmula para acesso ao poder estatal e como condição para o reconhecimento de sua organização e de suas reivindicações, mas como condição mesma para que a própria definição da cidadania pudesse ser construída com a sua participação (DAGNINO, 1994).

-
- 2 Criado em 1922 como Partido Comunista do Brasil, vinculado ao PC soviético e se tornou uma importante referência na organização dos trabalhadores brasileiros que, até aquele momento, eram articulados por sindicatos orientados por militantes anarquistas (SADER, 1995).
 - 3 Lutava-se pelos direitos das mulheres, negros, homossexuais, direitos sociais e pela constituição de políticas públicas de moradia, transporte, saúde, educação, emprego, direitos trabalhistas e de acesso a terras.

Nesse contexto, um partido de caráter classista, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado em 1980⁴. A associação entre movimento sindical, movimentos sociais e partido político observada no período estabelecia os nexos concretos no Brasil do conceito marxista de luta de classes, em que as lutas no âmbito da produção pelas condições de trabalho e pelas condições de reprodução dos trabalhadores no âmbito do Estado (a luta por direitos sociais e por políticas sociais), colocariam os elementos para que os trabalhadores compreendessem as contradições entre os seus interesses e os dos proprietários do capital e percebessem o Estado como instituição cujo principal objetivo é assegurar as condições necessárias à reprodução da ordem social capitalista. O chamado projeto democrático-participativo construído pelo PT estabeleceu um importante horizonte para a luta política do movimento sindical e demais movimentos sociais desse período e tinha o intuito de provocar o acirramento da luta de classes a partir do tensionamento entre os interesses do capital e do trabalho na disputa pelos recursos do Estado (IASI, 2012).

A luta em torno da nova constituição brasileira no final dos anos 1980 foi pautada por esse projeto. De acordo com a estratégia pensada dentro

4 O surgimento do Partido dos Trabalhadores em 1980 pode ser compreendido como o resultado de todo o processo de organização da classe trabalhadora no Brasil tanto nos sindicatos quanto nos movimentos sociais. Segundo os documentos de fundação do partido este aglutinaria estas variadas formas de organização da classe e lhe daria direção e sentido, ainda que a disputa pela definição da direção e do sentido fosse intensa no interior do partido, que passou a reunir muitas correntes de esquerda insatisfeitas com a esquerda brasileira representada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) e pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) (SADER, 1995; IASI, 2012).

do projeto democrático-participativo, a introdução do modelo socialdemocrata de Estado (o Estado de Bem-Estar Social) na nova carta e as lutas por sua concretização desvelariam os limites deste modelo e a impossibilidade de satisfação das necessidades dos trabalhadores na sociedade capitalista, especialmente na periferia do capitalismo, exasperando os conflitos entre capital e trabalho e a luta entre as classes (IASI, 2012). Entretanto, a organização dos trabalhadores, o acirramento da luta de classes e a construção do socialismo democrático passaram a ser defendidos por correntes cada vez mais isoladas e minoritárias no interior do PT (IASI, 2012). Ao mesmo tempo, a valorização da disputa eleitoral, a realização de pequenas reformas e a conquista de avanços na direção da implantação dos direitos civis de parcelas da população brasileira, ganhavam destaque dentro do partido e passaram também a orientar a ação de muitos movimentos sociais brasileiros e suas relações não apenas com este partido, mas com todos os partidos políticos.

A partir dos anos de 1990, no Brasil, esta tendência reformista assumida pelo partido de maior influência sobre os movimentos sociais, somada aos fortes impactos da adesão dos governos brasileiros ao neoliberalismo, influenciaram o ciclo de lutas. As mudanças na economia brasileira, com um processo de desindustrialização e reprimarização⁵ da produção econômica, conduziram ao aumento do desemprego⁶, ao crescimento da informalidade, do setor de

5 Este processo refere-se ao declínio relativo e absoluto da produção industrial e ao aumento da produção e exportação de soja, gado, ferro e metais (PETRAS, 2013).

6 A taxa de desemprego de 4,35% em 1990 chegou a 8,06% em 2000 (MARQUES, REGO, 2003).

serviços, à precarização⁷ dos vínculos trabalhistas e à degradação das condições de trabalho⁸. De forma que essa adesão aprofundou as piores características das relações de trabalho estabelecidas no país e fragilizou o movimento sindical resultando na desmobilização dos operários.⁹ Ademais, houve um alto nível de institucionalização dos movimentos sociais, tanto no sentido da sua formalização quanto das parcerias com governos e ONGs e inserção nos espaços institucionais. Este processo significou a adaptação ao novo contexto, em que transformações mais profundas no caráter da economia do Brasil na direção de reverter a sua histórica dependência e subordinação aos interesses do capital internacional e a perversa desigualdade social que caracteriza esta sociedade, estavam cada vez mais distantes.

A execução de um modelo de desenvolvimento (CASTELO, 2012; PETRAS, 2013) que não alterou a posição subordinada do país na economia mundial, aumentou o número de trabalhadores em relações de trabalho precárias e não reduziu de forma substantiva as desigualdades sociais brasileiras, combinado

7 Substituição da estabilidade no emprego por contratos de trabalho temporários ou de duração determinada, contratação de trabalhadores individuais como prestadores de serviços e pessoa jurídica, bem como remuneração nominal diferente da remuneração real, ambos no sentido de evitar o pagamento dos encargos trabalhistas e impostos cuja base para execução é o valor do salário nominal.

8 Aumento das horas trabalhadas, ambientes insalubres, exercício de diferentes tarefas em curto espaço de tempo.

9 Houve "[...] queda na quantidade de greves, redução na taxa de sindicalização, proliferação "administrativa" do número de sindicatos - fenômeno possibilitado pela estrutura sindical corporativa de Estado ainda existente no Brasil - fragmentação das negociações e diminuição da quantidade de cláusulas acordadas" (BOITO JUNIOR; MARCELINO, 2010, p. 323).

a uma relação com os movimentos sociais em que seu envolvimento nas decisões governamentais tem sido desde o início formal¹⁰, criou as condições para uma reconfiguração dos movimentos sociais. Esta reconfiguração foi marcada pela indignação com a situação econômica e pelo anseio de ruptura com as chamadas “velhas” formas de organização e de fazer política do movimento sindical e de tradicionais movimentos sociais, especialmente a ruptura com uma tendência à negociação, à conciliação e aos acordos. Neste contexto, a articulação em redes de movimentos sociais, sindicatos e ONGs conectados em fóruns e coletivos a partir de determinados temas e demandas e por meio de encontros e plenárias, bem como a transnacionalização, parece ter se constituído como a melhor estratégia para enfrentar a nova realidade econômica e política. As redes se caracterizam pela fluidez¹¹ na participação de seus membros, pela ausência de hierarquias, pela descentralização e pelo pluralismo organizacional e ideológico (SCHERER-WARREN, 2008).

As características das redes de movimentos sociais indicadas por Scherer-Warren têm similaridades com as características dos movimentos que se constroem em redes por meio das novas tecnologias de

10 A criação do conselho nacional de desenvolvimento econômico e social no início do primeiro governo Lula (2003), tinha caráter consultivo e foi composto majoritariamente por organizações representativas dos interesses empresariais, dos donos de terra e dos detentores do capital financeiro. As organizações representativas das classes trabalhadoras eram consideradas “parceiras” coadjuvantes nas discussões realizadas no conselho.

11 Scherer-Warren trabalha com os conceitos de efemeridade e volatilidade para indicar a fluidez nas redes de movimentos sociais.

informação (CASTELLS, 2013) e dos novíssimos movimentos sociais (as ocupações de praças e ruas na chamada primavera árabe, o movimento dos indignados em Portugal e Espanha e as jornadas de junho de 2013 no Brasil, são alguns exemplos) constituídos no contexto da grande crise capitalista de 2008 (GOHN, 2014). Essas características já estavam presentes nos movimentos anti ou alterglobalização e no Fórum Social Mundial no início dos anos 2000 e indicam certa insatisfação com a burocratização e a institucionalização de alguns movimentos sociais, especialmente a excessiva proximidade e dependência de partidos políticos e governos, assim como com a pouca eficácia das lutas locais em face da globalização neoliberal.

Comunicação e organização dos movimentos sociais na contemporaneidade

Nos últimos anos a crescente democratização do acesso à Web 2.0 tem potencializado formas de comunicar em ampla escala, baseadas em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa, principalmente utilizando a internet. É nessa nova estrutura tecnológica e social que os movimentos sociais atuais têm se constituído enquanto estruturas de mudanças sociais (CASTELLS, 2013).

"A internet tem sido um dos principais elementos de diferença, pois, de um lado, ela tem revolucionado a forma de a sociedade civil se comunicar, e, de outro, a forma de os indivíduos interagirem" (GOHN, 2017, p. 119). Cresceu o ativismo virtual e os coletivos organizados de maneira horizontal, descentralizada, e em defesa dos direitos de jovens, das mulheres, dos negros e da população LGBT, assim como ascende-

ram os coletivos de artistas¹². Esses coletivos adotam como principal estratégia de visibilidade e luta, o uso das TIC e das mídias sociais (Facebook, Twitter, WhatsApp) como formas de comunicação, articulação e divulgação das ideias e bandeiras dos movimentos (SCHERER-WARREN, 2008).

Essas novas dinâmicas de mobilização contam com o poder da rede digital no que se refere à capacidade de divulgação da informação assim como a sua velocidade de transmissão. Esse aspecto foi um dos principais responsáveis pelo conglomerado de pessoas acampadas nas praças de pontos estratégicos das grandes capitais, como foi o caso dos EUA, com o Occupy Wall Street e da Espanha, com os Indignados.

De maneira sintética, Verdú e Ferraz (2015) consideram que o ano de 2011 marcou o início de um ciclo de protestos "em nível mundial" (p. 385). Para eles, a mídia internacional contribuiu para o efeito de contágio das manifestações iniciadas com a "Primavera Árabe". Ainda que as motivações para o início dos protestos sejam particulares a cada país, como é o caso da comparação dos autores em relação ao 15M na Espanha e às Jornadas de Junho¹³ no Brasil,

12 Levantamento feito a partir da observação de blogs, páginas no Facebook, sites para a pesquisa "A reconfiguração dos movimentos sociais no século XXI: ativismo virtual, coletivos e fóruns" desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS) em 2014 e 2015.

13 Protestos organizados a partir das manifestações realizadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo reivindicando a revogação do aumento da passagem (MPL, 2013), cujas pautas foram ampliadas para diversas demandas sociais. As manifestações conquistaram a revogação do preço das passagens e ameaçaram os eventos da Copa das Confederações (SINGER, 2013, p. 24).

não restam dúvidas de que as manifestações denunciavam, dentre outras questões, os efeitos do neoliberalismo sobre a proteção social.

No Brasil, as redes digitais cumpriram um papel social importante nos protestos que aconteceram em junho de 2013, nos quais jovens mobilizaram multidões para irem às ruas, por meio da convocação feita nas redes sociais. Em 20 de junho em cerca de 400 cidades (22 capitais), mais de um milhão de pessoas se reuniram nas manifestações (BRAGA, 2015). No decorrer dos atos a mídia dominante articulava suas transmissões de forma a deslegitimar e criminalizar as ações de protesto. Termos como “vandalismo”, “baderna”, “ignorância política”, “ódio”, foram alguns dos termos usados pela mídia corporativa para se referir aos manifestantes e movimentos presentes. Em contrapartida, canais alternativos, especialmente redes sociais tais como Facebook e Twitter, tiveram um lugar marcante em junho. Esses canais alternativos foram usados para contestar o discurso hegemônico veiculado na grande mídia. Os manifestantes e uma mídia alternativa que se fez presente¹⁴ fizeram transmissões ao vivo, publicaram fotos e relatos de manifestantes que contribuíram para delatar a dura repressão policial cometida contra os manifestantes.

A internet cumpriu um papel importante nas jornadas de junho, confirmando análise de Amaral (2013), de que a novidade da rede não se dá apenas por seu caráter mobilizador, mas sobretudo, pela sua potencialidade de combater o controle ideológico. Apesar de expressar certo entusiasmo em relação ao

14 Mídia Ninja grupo que ganhou destaque nas manifestações pois realizava transmissões ao vivo, usando apenas o celular o Facebook e o Twitter.

uso da rede digital, a ponto de considera-la o mais importante órgão da imprensa, o autor alerta para o caráter de disputa que esse espaço expressa, sinalizando que a esquerda deve fazer uso dela como um meio de democratização da informação.

O contexto atual, marcado por inúmeras manifestações no Brasil e em diversos outros países evidencia o poder do cidadão na produção e difusão de informação em massa, a partir de dispositivos eletrônicos pessoais, tais como *smartphone*, *tablets*, *computadores*, *notebooks*, entre outros. No entanto, ainda que a *cibercultura* seja considerada por Levy (1997) a “herdeira legítima” de um projeto progressista do século XVIII, por valorizar possibilitar a participação em comunidades de debate e permitir que cada indivíduo crie e difunda informação, contrapondo-se ao isolamento dos consumidores dos meios de comunicação clássicos, observa-se que as possibilidades ocorrem em polos extremamente desiguais e conflitantes.

Apesar das constantes mobilizações dos movimentos sociais da classe trabalhadora para as manifestações de 2013, a princípio terem indicado um terreno fértil para o aprofundamento da consciência de classe no país¹⁵, a atuação dos movimentos sociais de direita nas ruas, nos ambientes virtuais e na mídia massiva contribuíram fortemente para reforçar a ideologia dominante e capilarizar a potência desses manifestantes (VERDÚ; FERRAZ, 2015; VALENÇA, 2013). O contexto político de 2018 aparenta ser o fechamento desse ciclo de 2013 ao representar hegemonia da direita conseguiu direcionar parte significativa das forças que surgiram naquele período.

15 Autores como Iasi e outros que escreveram suas análises no calor das manifestações indicavam este potencial (Cf.).

Além disso, a disseminação em massa de notícias falsas – *fake news* – que se intensificou em 2016, nos Estados Unidos, durante a campanha que elegeu Donald Trump presidente, também coloca em evidência um novo tipo de gerência política veiculada na internet. No Brasil o fenômeno surge nas eleições presidenciais no ano de 2018. Nas palavras de Ivana Bentes (2018) “Tudo o que fabulamos sobre a potência da cultura digital, sobre a apropriação tecnológica por muitos, se efetuou pelo seu avesso. 2018 é um anti-junho de 2013, ou sua face mais sombria” (BENTES, 2018, p. 3). No Brasil, as *fake news* contribuíram para fechar o ciclo de protestos das Jornadas de Junho e abrir a um novo período histórico para os movimentos sociais.

A campanha do candidato eleito do Partido Social Liberal (PSL), Jair Messias Bolsonaro, é a primeira que ganha força com base em um novo modelo de negócio e governança: “as *fake news* e a memética impulsionadas artificialmente em escala industrial” (BENTES, 2018, p. 3). A cultura das *fake news* permite que informações polarizadas, distorcidas e incertas, produzidas por agências de comunicação, sejam transmitidas de forma direcionada, atendendo aos perfis de cada pessoa, cada *consumidor*.

No ciberespaço transparece a disputa pela hegemonia entre diferentes segmentos das principais classes sociais.

Valença (2013), Verdú e Ferraz (2015) dão indicadores que permitem entender que a hegemonia da classe dominante expressa na ação de grupos de direita e conservadores que atuaram nas Jornadas de Junho e na elaboração simbólica dos protestos através da grande mídia teve êxito em capitalizar

uma parcela significativa das massas e dar um sentido diferente do desejado pela esquerda brasileira. A direita é vitoriosa até o dado momento.

Internet e participação

Uma das principais razões para concentrar a atenção nos canais de expressão e produção de conteúdo digitais é a urgência de compensar a difusão da desinformação e dos bloqueios da manifestação pública que se apresentam de várias formas, negando voz aos diferentes sujeitos sociais. Tais bloqueios se originam de diferentes setores, entre eles, “de poderosos elementos que compõem a dinâmica da economia capitalista, do silêncio dos governos, do obscurantismo religioso, dos códigos patriarcais e racistas institucionalizados (...) e dos reflexos de tudo isso na esfera dos próprios movimentos oposicionistas” (DOWNING, 2001, p.21-22). Outras saídas igualmente vitais a esses entraves são as campanhas de democratização dos meios de comunicação, assim como de alfabetização para a mídia, e o apoio às ações que lutam para melhorar a prática da mídia instituída, com destaque para conteúdos de qualidade que considerem a promoção dos direitos humanos.

Downing (2011) denominou mídia radical distintos e variados canais de menor escala - quando comparados com a mídia instituída - que expressam “uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (p.21). Ela constitui um dos maiores mecanismos de atuação da audiência ativa que manifestam a expressão das culturas populares e de oposição. Portanto, nesse cenário de crise capitalista em que eclodem movimentos sociais de diferentes ordens, em várias partes do mundo, a mídia alternativa

se apresenta como uma perspectiva na qual torna-se possível colocar em questionamento o processo hegemônico assim como fortalecer o sentimento de confiança da sociedade em seu poder de produzir mudanças construtivas.

A mídia radical alternativa pode permitir que as pessoas engajadas em movimentos sociais comuniquem esses e outros discernimentos umas às outras. Não com sucesso automático, é claro. Mas o potencial da mídia de comunicação lateral faz parte da sua tecnologia, ainda que a estrutura hierárquica dos partidos e sindicatos esteja definida há tanto tempo que, muitas vezes, ela só pôde operar lateralmente no mundo ideal, não no mundo real (DOWNING, 2001, p. 68-69).

No caso específico da internet, percebe-se claramente que suas possibilidades de comunicação em ampla escala têm alterado a forma de participação dos cidadãos nos distintos contextos sociais. No entanto, apesar das mídias digitais aumentarem as possibilidades dos indivíduos de se articularem de outra forma que não a tradicional, a formação dessa esfera pública depende de outras habilidades que precisam ser articuladas entre os grupos e suas conexões digitais. A rede digital oferece condições para a participação no debate público, mas não transforma cidadãos comuns em militantes envolvido em lutas de interesse coletivo (BENKLER, 2006).

Apesar da importância da internet no processo de compartilhamento de ideias e de transformação social, convém enfatizar que a rede é um componente útil embora não suficiente da ação coletiva: "nem a internet nem qualquer outra tecnologia pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais

surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas" (CASTELLS, 2013, p. 166).

Frente a um contexto em que a atuação por meio da tecnologia apresenta naturalidade e fluidez, parece que a competência digital dos indivíduos surge de forma espontânea, como se cada um de nós estivesse predisposto a ela (SILVA, 2015). Buckingham (2011) critica a ideia, segundo ele utópica, de juventude empoderada, defendida por alguns autores influenciados pelo conceito de "nativos digitais" e "imigrantes digitais", difundido por Prensky (2001). Para este autor, "os nativos digitais" são todos aqueles que nasceram após os anos 1990, imersos no contexto tecnológico, que teriam habilidades e competências necessárias para usar e se apropriar do contexto digital de forma muito superior quando comparada aos que nasceram antes desse período, os "imigrantes digitais". Para Buckingham essa ideia, relaciona-se a uma perspectiva utópica da tecnologia, em suas palavras: "uma história fabulosa sobre como a tecnologia libera e 'empodera' os jovens, permitindo que se tornem cidadãos globais e aprendam e se comuniquem de forma livre e sem restrições" (Ibidem, p. x e xi, tradução nossa).

O raciocínio construído por Buckingham (2011) em sua crítica à ideia de "nativos e imigrantes digitais" pode ser estendido para analisar muitos estudos focados nos movimentos sociais no contexto de expansão das TIC. Os trabalhos que tomam as mídias e redes sociais digitais como espaços capazes de constituir ações coletivas autônomas, situam a internet no centro das discussões sobre os novíssimos movimentos sociais e ressaltam a novidade desse formato

virtual de organização. Estes autores esquecem que a história da tecnologia implica que a mudança, por mais rápida que seja, é contínua e não substitui as formas de organização tradicionais, em vez disso as complementa, como lembra Buckingham.

Defendemos que a autonomia está centrada na emancipação do ser humano visto como ser social, o que significa que não se trata de um processo de natureza unilateralmente individual, já que segundo Freire (1986) não existe autolibertação; a libertação é um ato social e não individual. Esse processo de garantia e domínio de possibilidades e capacidades que garantam uma maior autonomia, segundo o autor, nasce de um processo de ação social no qual os indivíduos interagem uns com os outros, produzindo pensamento crítico em relação a sua realidade, possibilitando a construção da capacidade pessoal e social para então criar mecanismos de transformação de relações sociais de poder. No capitalismo, esta transformação depende da organização da classe trabalhadora na busca por sua emancipação.

TIC e novos desafios para exercer e praticar a democracia

Em "Cultura da Convergência" Jenkins (2009) analisa a evolução dos diversos meios de comunicação e defende a ideia de que o "público" assume uma nova posição no processo de comunicação. Os indivíduos desejam participar cada vez mais ativamente dos meios, compartilhando seus conhecimentos sobre os mais variados temas. No entanto, para viver uma experiência completa desse universo midiático, os sujeitos devem assumir diferentes papéis pelos diversos canais de comunicação e "comparar

suas ideias com as de outras pessoas – como em fóruns on-line, a fim de enriquecer seu próprio conhecimento e dos outros também interessados" (ROSSI *et al*, 2013, p. 5).

Toda essa possibilidade proporcionada pela tecnologia, no entanto, também representa uma força perigosa, principalmente ao considerar que o acesso a esses canais de comunicação não acontece de maneira uniforme, provocando uma falsa ideia de participação igualitária entre os indivíduos (SILVA, 2014). Se por um lado a internet oferece inúmeras possibilidades de interação e participação política, por outro, cria barreiras entre aqueles que têm e os que não têm recursos (culturais, técnicos e econômicos) para usar tais tecnologias.

Em um contexto global o mundo digital traz à tona três tipos de realidade: a primeira, a chamada brecha digital, que resulta em um aprofundamento da divisão social, não somente no que se refere às desigualdades de acesso, mas também sobre os modos de apropriação e uso; a segunda realidade se trata da "supervalorização" da informação, desvalorizando o saber tradicional não informatizado e a última se refere à governança política do mundo, que enquadra as sociedades em um sistema de participação política no qual muitos ficarão excluídos, dado as realidades anteriores (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Para Martín-Barbero, a possibilidade de acesso mais igualitária requer uma reforma política capaz de assumir os numerosos desafios suscitados pela substituição das velhas tecnologias pelas novas, como a transformação do sistema educativo, a alfabetização digital das sociedades, principalmente as que se encontram mais isoladas. Dessa forma, as demandas em

prol do acesso digital dos indivíduos têm motivado a implementação de diversos modos de fazer com que a população se integre de alguma forma nesse cenário de mudanças. No Brasil essas iniciativas são conhecidas como “inclusão digital” (FILHO e CABRAL, 2009). Esse conceito parte do pressuposto de “transferir conhecimento consolidado a setores da população que precisam ter acesso a ela, pois, sem esse acesso, seriam excluídos”. (STRINATI, 1999, p. 28).

Incluir para esta perspectiva deve estar relacionado com a capacidade de participar das decisões sobre a importância e as finalidades das TIC, inserindo assim uma perspectiva de alfabetização digital, como política pública e de construção de cidadania. Na visão de Strinati, “A educação como parte do processo de democratização implicaria que habilidades como ler, escrever, discernir, reivindicar, saber e compreender se tornariam mais acessíveis - ao menos formalmente” (1999, p. 28), permitindo, dessa forma, que um número cada vez maior de pessoas participe mais assiduamente em atividades políticas e culturais. Isso não significa que a cidadania da maioria da população passaria a depender da participação digital individual, pois segundo Becker (2008), “o pertencimento e a integração só caracterizam cidadania quando há a noção de sociedade, de algo além do ‘eu’, de interesses individuais (imediatos ou não) canalizados no interesse coletivo” (Ibidem, p. 55). Essa condição só pode ser aceita, “desde que um balanço resulte em saldo positivo ao lado da cidadania” (Ibidem, p.55).

Joan Subirats, (2011) suscitou o seguinte questionamento: que tipos de mudanças podem se produzir no cenário de surgimento das TIC e da generaliza-

ção da Internet? O autor apresenta uma série de argumentos de forma a trabalhar a ideia de riscos e possibilidades que o contexto tecnológico demanda. Em sua análise, se por um lado a mudança tecnológica permite reforçar a democracia e neste sentido ampliar as esferas de intervenção cidadã mais diretas e mais próximas, por outro, possibilita ampliar os mecanismos de exploração e submissão.

Estamos en un momento en que los intereses colectivos precisan de fundamentos sólidos y consensos y acciones suficientemente significativas y potentes para poder tratar de responder a la ofensiva individualista de excelencia elitista, de "sálvese quien pueda", que parece presidir de manera hegemónica la escena propositiva. Entendemos que esta nueva concepción de lo público como lo común, es decir, como lo que es asunto de todos, está vinculada a una idea dinámica de ciudadanía (SUBIRATS, 2011, p. 86).

Em acordo com as ideias expostas pelo autor, acreditamos que as facilidades que as TIC permitem no cenário atual têm ajudado na reconstrução da política no que se refere a aspectos habituais. Há menos necessidade de delegar e menos espaços para intermediações desnecessárias. E tudo isso permite criar iniciativas que rompam com os modelos tradicionais de gerar conhecimento e interação. Ao mesmo tempo em que a grande rede oferece possibilidades de avançar na constituição de movimentos mais autônomos e menos hierárquicos, também crescem os riscos e fragilidades para os movimentos.

Sobre as possibilidades, Castells (2013), considera que as TIC foram centrais para introduzir na cena atual uma nova tendência movimentalista: os *movimentos sociais em rede*. Elas teriam contribuído para

formatar o processo de origem, organização, articulação, comunicação, mobilização, proporcionada pela interação, sobretudo, nas redes virtuais. Assim, o ambiente virtual teria propiciado as condições para que esses sujeitos mantenham a espontaneidade, autonomia e horizontalidade frente às tentativas de dominação institucional. Neste sentido, a internet ultrapassaria o caráter meramente instrumental, expressando uma dimensão supervalorizada na visão deste autor, que chega a afirmar que “a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura de liberdade na prática da autonomia¹⁶” (CASTELLS, 2013, p. 168), fundada na individuação, ou seja, em “uma tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento” (Ibidem, p. 168). Difere do individualismo, na medida em que este se volta para interesses particulares centrando-se no bem-estar individual, ao passo que a individuação comportaria interesses coletivos.

Diferente de Subirats (2011) que indica estarmos em um terreno no qual crescem as desigualdades, a “heterogeneidade social”, mesmo com a ideia de aproximação que o novo contexto virtualizado representa. Assim, da mesma forma que essas tecnologias se apresentam como solução para a cidadania, também passam a constituir um grande entrave. Sendo assim, as vantagens trazidas pelas TIC seriam, na visão de Becker (2008), uma ‘faca de dois gumes’, pois implicariam em um crescimento das diferenças entre

16 A autonomia é conceituada pelo autor como: “capacidade de um ator tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 168).

os que estão ou não integrados às redes de computadores, considerando que essa integração teria passado a significar acesso à comunicação e expressão, participação política, lazer, programas educativos, entre outros, inclusive o acesso à própria cidadania.

Conclusão

A criação de bolhas identitárias por meio do uso intensivo das TIC pelos indivíduos e pelos coletivos, fóruns e redes como as mais recentes formas organização de movimentos parecem estar proporcionando um fenômeno de sobreposição do privado sobre o público. Os antigos modelos e códigos de convivência social (pode-se falar sobre tudo, questiona-se o estabelecido, mas também se defende a ordem instituída com ferocidade) e as regras do jogo democrático são deslegitimadas. O individualismo e a liberdade tornam-se os eixos em torno dos quais algumas das organizações movimentalísticas surgidas nas primeiras décadas do século XXI giram.

Para a política este primado do indivíduo, dos sentimentos pessoais e da liberdade, exacerbado pelas novas mídias, parece contribuir para um declínio mais profundo da esfera pública como espaço para discussão dos problemas públicos e de propostas para sua resolução. A própria atividade política deixa de ser um *locus* privilegiado para a construção dessa esfera e de parâmetros para a vida coletiva, pois na medida em que o indivíduo e sua liberdade, sustentáculos da ordem capitalista, conformam a política, a vida coletiva se esvazia.

Neste sentido, as novas mídias sociais e as tecnologias da informação e comunicação parecem ter proporcionado uma maior visibilidade a um número

também crescente de inquietações e demandas e aumentado sua capacidade de articulação pela rapidez e facilidade com que ideias e propostas circulam não apenas entre os diretamente interessados na questão, mas também entre os seus próximos e os próximos dos próximos. Se por um lado aumenta a capilaridade dos movimentos que agora se organizam como coletivos e fóruns, por outro os tornam cada vez mais plurais em suas formas de organização e em seus horizontes ideológicos e políticos, dificultando a construção de projetos societários de oposição e enfrentamento à ordem do capital.

Referências

AMARAL, Roberto. **A grande rede e a explosão das ruas**. In: SOUSA, Cidival Morais de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Orgs.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 8-12.

BECKER, M. L. Inclusão digital: os limites e desafios da tecnologia como fator de inclusão social e cidadania. *Emancipação*, Ponta Grossa. v. 8, p. 49-57, 2008.

BENTES, I. As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia. *Revista Cult*, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia>>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006

BUCKINGHAM, David. Deconstructing digital natives. In THOMAS, MICHAEL (Org). *Deconstructing Digital Natives: Young People, Technology, and the New Literacies*. New York: Routledge, 2011.

BOITO JUNIOR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, n.59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, p.613-636, out./dez.2012.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012, p. 7-14.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania In: DAGNINO, Evelina (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.

DOWNING, J. H. D. Mídia Radical. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2001.

FILHO, A. V. C.; CABRAL, E. D. T. Mapeamento da Inclusão Digital no Brasil. Eptic Online, 2013, v. 15, n. 1, p. 4-19.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações sociais civis no Brasil contemporâneo, 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____, BRINGEL, M. Breno. Movimentos sociais na era global. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio [et al.] (orgs). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012, p. 285-317.

JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. "Tecnología, comunicación e innovación: un estratégico lugar de la comunicación iberoamericana". Telos, n. 81, p. 80-82, 2009.

MARQUES, Rosa Maria; REGO, J.M. (orgs.). Economia Brasileira. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUES, F. P. J. Ciberpolítica. Conceitos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2016.

PETRAS, James. Brasil: capitalismo extrativo e o grande retrocesso. In: Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.23, n.1, jan./jun. 2013, p.69-116.

PINO, E. K. B. La tecnopolítica y la acción colectiva en la sociedad red. In: Razón y Palabra. N. 89, p. 1-21, 2015.

PRENSKY, M. On the Orizon. In: MCB University Press, 2001, vol. 9, n. 5.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHEKE, Paulo J. (orgs.) Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina. In: Caderno CRH, Salvador, vol. 21, n.54, p.505-517, Set./Dez., 2008.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSSI, J. C; MARRERO, J. C. F; PALUAN T. T. D. A Análise dos Estudos Culturais no Contexto da Cultura de Convergência: um Estudo de Caso sobre o papel do receptor nas Mídias Sociais In Intercom – XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Bauru, São Paulo. Anais, 2013.

SILVA, M. C. da. Ciberdemocracia e o aplicativo Colab em Santos: uma análise sobre participação, redes e processos de empoderamento. In: Intercom – XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro. Anais, 2015.

SILVA, C. P. Inclusão Digital e Indústria Cultural nas escolas: Um Paradoxo Analisado Sob a Ótica da Teoria Crítica. Educação e Linguagens, Campo Mourão, 2014, v. 3, n. 4, p. 92-100.

STRINATI, D. *Cultura Popular. Uma introdução*. São Paulo: Edra, 1999.

SUBIRATS, J. *Otra Sociedad, Otra Política?* De "no nos representan" a la democracia de lo común. Barcelona, 2011.

VALENÇA, Daniel Araújo. Entre a ação comunicativa e a materialidade histórica: limites e possibilidades a partir das jornadas de junho. **Revista Culturas Jurídicas**.v. 1, n. 1, 2014, pp. 198-2018. Disponível em: <<http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/issue/view/1>>. Acesso em: 20 jan 2016.

VERDÚ, Clemente Penalva; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. La protesta em España y Brasil: crises econômica y crisis política. **OBETS. Revista de Ciências Sociais**, vol. 10, nº 2, 2015, p. 369-395.

Franciani Bernardes

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (PNPD/CAPES). E-mail: franbernardess@gmail.com.

Ana Targina Rodrigues Ferraz

Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. E-mail: anatarginaferraz@gmail.com.

Célia Barbosa

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do ES (FAPES). E-mail: celiabsp@gmail.com.